

REESTRUTURAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DO TRANSPORTE ESCOLAR: DEFINIÇÃO DO DIREITO E DOS RECURSOS E REESTRUTURAÇÃO DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Datas: 15 e 16 de março de 2023.

Local: Grande Hotel Rede Master – Rua Riachuelo, 1070 – Porto Alegre/RS. Junto ao Shopping Rua da Praia.

Horários: 1º dia: 9h às 12h e das 13h30 às 17h30; 2º dia: das 9h às 12h30.

Solicitação: por gentileza, divulguem este curso para os prestadores de serviços terceirizados, para sua qualificação.

Objetivos do curso:

- Proporcionar uma visão detalhada sobre todos os aspectos operacionais do transporte escolar e da legislação incidente;
- Oportunizar um método de trabalho e modelos para a adequada Reestruturação do Plano Municipal de Transporte Escolar;
- Qualificar os servidores municipais encarregados da coordenação e fiscalização do transporte escolar para o cumprimento da legislação e regulamentos dos serviços;
- Aumentar a segurança e a qualidade do transporte escolar através de medidas preventivas adequadas, para reduzir os riscos de acidentes de trânsito e **evitar a responsabilização civil, penal e administrativa** dos responsáveis pelo transporte escolar (agentes públicos e terceiros).

Considerações importantes: o transporte escolar é uma das políticas públicas de maior relevância e, ao mesmo tempo, de complexidade legal e operacional em razão das inúmeras variáveis que o revestem. É fundamental a existência de um Plano Municipal de Transporte Escolar que contemple não apenas as imposições normativas e regulamentares, mas as melhores soluções de como deve ser a prestação dos serviços e do direito assegurado aos necessitados. A improvisação é pressuposto de inconsistências legais, risco de acidentes e responsabilização das pessoas envolvidas, agentes públicos e prestadores privados.

A quem o curso é dirigido: secretários de educação e seus assessores, responsáveis e fiscais do transporte escolar (de cargos específicos ou nomeados para este fim), diretores de escolas, técnicos e fiscais do órgão de trânsito municipal, responsáveis pelo Controle Interno, encarregados da fiscalização dos serviços, monitores, motoristas e empresários do transporte escolar.

Prazo de inscrições e informações sobre o curso: As inscrições poderão ser realizadas até o dia **03 de março**, através do site www.iem.inf.br. Vagas limitadas à capacidade da sala. Detalhes sobre o curso podem ser obtidos por telefone (51) 3778-1188 ou e-mail cursos@estudosmunicipais.com.br. Receberão certificados os participantes que tiverem a frequência mínima de 70%.

No caso de **haver cancelamento do curso presencial**, decorrente de **disposição de autoridade pública**, diretamente ao IEM ou por medida restritiva às atividades em geral, ao inscrito **será assegurada a participação no curso em formato EAD**, por videoconferência, mantendo palestrante e carga-horária, sem prejuízo aos participantes. Ocorrendo a reprogramação de data ou cancelamento de curso pelos motivos dispostos na cláusula anterior, **o IEM não se responsabiliza pelo ressarcimento de qualquer valor aplicado na aquisição de passagem aérea ou terrestre, reserva de hotel ou outras aplicadas pelo inscrito.**

Demais informações e condições no termo de aceite, vinculado à inscrição no site do IEM.

Investimento

QUANTIDADE DE PARTICIPANTES POR ÓRGÃO/EMPRESA	PAGAMENTO ATÉ 16/02/2023	PAGAMENTO APÓS 16/02/2023	Valor correspondente ao curso. NÃO estão incluídas parcelas de alimentação, hospedagem, traslados e outras que se façam necessárias a participação no evento.
1 participante	R\$ 710,00 por pessoa	R\$ 750,00 por pessoa	
2 participantes	R\$ 680,00 por pessoa	R\$ 730,00 por pessoa	
3 participantes	R\$ 650,00 por pessoa	R\$ 710,00 por pessoa	
4 participantes ou mais	R\$ 620,00 por pessoa	R\$ 690,00 por pessoa	

* Sua inscrição só será confirmada mediante pagamento ou envio antecipado do empenho.

Inscreva-se em: www.iem.inf.br, VAGAS LIMITADAS!

PAUTA DO CURSO

REESTRUTURAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DO TRANSPORTE ESCOLAR: DEFINIÇÃO DO DIREITO E DOS RECURSOS E REESTRUTURAÇÃO DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O direito ao transporte escolar

- As disposições da Constituição Federal, da LDB e do ECA
- O que o Poder Judiciário assegura como obrigatório e as hipóteses facultativas
- As obrigações de competência dos Estados
- A definição clara do público a ser contemplado: níveis, séries e redes de ensino
- A possibilidade de transportar alunos de redes privadas de ensino e as vedações impostas
- O direito ao transporte quanto à residência em áreas rurais ou urbanas
- A definição das distâncias por faixa etária e em decorrência de outras limitações físicas ou mentais

As formas de disponibilizar diretamente o transporte

- A prestação direta dos serviços e as hipóteses de terceirização: requisitos a serem observados

As formas alternativas de assegurar os serviços em situações atípicas

- A aquisição de passe escolar ou de benefícios equivalentes em linhas regulares de transporte coletivo licitado e não licitado
- A aquisição de vagas em transporte sob regime de fretamento particular
- A instituição de programas alternativos de acesso e custeio do ensino
- O repasse de recursos através da nova Lei n.º 13.019, de 31.7.14, em regime de mútua colaboração com as organizações da sociedade civil
- As hipóteses de convênios entre os entes federados: requisitos legais, limites, cautelas e responsabilidades

Ministrante:

Darcí Reali, advogado, mestre em Direito e docente da Universidade de Caxias do Sul, no Curso de Direito, Curso Superior de Gestão Pública e na pós-graduação em Direito de Estado e em Direito Ambiental (2005-2015). Diretor do IEM (1997/atual). Secretário Municipal de Administração (1993-1997) e assessor jurídico municipal (1997-2001). Autor e coautor de vários livros direcionados à Administração Municipal, nas áreas de transporte escolar, trânsito, Direito Administrativo, Previdenciário, Constitucional, Previdenciário, Tributário e Ambiental. Atua há 22 anos, através do IEM, na assessoria e consultoria jurídica e administrativa de Municípios. Ministra cursos e treinamentos (em diversos Estados do Brasil) relacionados aos aspectos legais, administrativos e gerenciais dos municípios, nas áreas de direito constitucional, administrativo, tributário, ambiental, urbanístico, legislativo e previdenciário; contempla, ainda, as áreas de gestão da educação, trânsito, transporte escolar e saúde. Ampla experiência sobre transporte escolar.

A definição e a revisão dos itinerários e trajetos

- A definição dos locais de embarque e desembarque para todos os usuários
- As obrigações ao encargo dos familiares
- Os critérios a considerar na definição das rotas

A organização do Município para o acompanhamento e fiscalização dos serviços: modelos de projetos de lei

- A instituição ou adequação de órgão municipal para o controle dos serviços
- A criação de cargo em comissão, função de confiança ou assessoria técnica para o transporte escolar
- O acompanhamento e fiscalização dos serviços: quem pode exercer estas atividades administrativas
- A criação de cargos de motoristas e de monitores de escolares: modelos de projetos de lei

As adequações de trânsito no entorno das escolas

- Planejamento dos locais de embarque e desembarque
- Cautelas mínimas a serem adotadas
- Encargos sob responsabilidade das escolas

A definição clara das regras dos serviços de transporte escolar

- Estratégia de informação e educação com os alunos e outros usuários
- Conteúdo a ser informado e discutido com os pais e com a comunidade escolar

Plano Municipal de Transporte Escolar

- Roteiro e método para elaboração
- Modelos de roteiros
- Modelos de planilhas